

## **AS FORMAS DO TEMPO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: A HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE EM POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO<sup>1</sup>**

**Resumo:** Publicado no ano 2000, o livro *Por uma outra globalização*, de Milton Santos, veicula uma forma singular de se conceber a história, que ora chamo de história-possibilidade. O presente artigo analisa esta noção de história que subjaz à obra de Santos por meio de sua comparação com algumas das concepções de tempo e de história que permearam diversas vertentes do pensamento geográfico ao longo de sua evolução. A análise concentra-se em contrapor o entendimento de Santos acerca da história neste livro com aquele professado por uma Geografia de viés mais declaradamente marxista. Busca-se demonstrar que a forma como Santos apreende a história no livro em questão denota um movimento de apropriação crítica com relação a sua formação marxista, em meio ao qual o autor se distancia de alguns dos fundamentos desta tradição de pensamento.

**Palavras Chave:** História Social do Tempo; Milton Santos; História do Pensamento Geográfico.

## **THE FORMS OF TIME IN GEOGRAPHIC THOUGHT: MILTON SANTOS AND THE HISTORY AS POSSIBILITY.**

**Abstract:** Published in 2000, the book “*Por uma outra Globalização*, by Milton Santos, presents a particular way of conceiving history, which I opted to name “history as possibility”. This article analyses this conception of history that underlies Santos’ book, through its comparison with some of the conceptions of time and history that existed throughout the evolution of geographic thought. This paper is focused on the comparison between Santos’ understanding of history and the conception professed by a geography of Marxist bias. It aims to demonstrate that the way Santos understands history in this book denotes a movement of critical appropriation of his Marxist formation, in midst of which the author distances himself from some of the foundations of this tradition of thought.

**Keywords:** Social History of Time; Milton Santos; History of Geographic Thought.

---

<sup>1</sup> Lucas da Costa Mohallem (<http://lattes.cnpq.br/8351153569505671> ) é graduando pela USP

Artigo recebido em 03/05/2018 e aprovado em 13/07/2018

## INTRODUÇÃO

Conforme consta de seu prefácio, o livro *Por uma Outra Globalização*, de Milton Santos, busca “de um lado, tratar da realidade tal como ela é, ainda que se mostre pungente; e, de outro, sugerir a realidade tal como ela pode vir a ser”<sup>2</sup>. Dotado de um caráter ao mesmo tempo analítico e de prognóstico, este livro, notadamente em seu último capítulo, veicula uma concepção singular de história e, por conseguinte, de tempo. Este trabalho de Santos, um dos últimos que escrevera, representa um escopo privilegiado para a abordagem da questão do tempo no seio do pensamento geográfico, por tratar-se de uma obra produzida num momento em que a relação da Geografia com a história passava por grandes transformações. Publicada no ano 2000, esta obra responde a muitas das exigências levantadas pelos debates que ocorreram ao longo dos anos 70, 80 e 90 – exigências estas que, em muitos aspectos, ressignificaram o lugar ocupado pelo tempo e pela história no bojo da produção geográfica.<sup>3</sup>

Em face desta questão, interessa-me analisar as noções de tempo e de história que respaldam a argumentação de Milton Santos neste livro, tomando por pano de fundo as disputas conceituais e epistemológicas travadas no interior da Geografia durante as décadas que precederam a sua publicação. Tendo em vista a amplitude da obra e da trajetória de Santos, o presente artigo não tenciona abordá-las de forma exaustiva, mas limita-se a tratar de *Por uma Outra Globalização*, remetendo a outras obras deste autor somente na medida em que estas se mostrarem

---

<sup>2</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. Todas as referências e citações feitas obedecem à paginação desta edição.

<sup>3</sup> ZUSMAN, Perla. “Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira” in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Ensaio sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36.

pertinentes para tratar das questões suscitadas por aquela. A fim de perseguir este objetivo, dedicar-me-ei, primeiro, a retomar a evolução do pensamento geográfico. Ciente de que este é um tema já bastante estudado, buscarei abordá-lo pelo crivo das diferentes concepções de tempo e de história que permearam esta disciplina em seu percurso, aspecto que raramente incorre no escopo das investigações sobre a História da Geografia.<sup>4</sup>

### **O TEMPO NO PENSAMENTO GEOGRÁFICO**

No momento de sua consolidação como um campo de saber autônomo, a Geografia abarcava uma pluralidade de propostas disciplinares. Ainda que houvesse uma série de controvérsias em torno da definição do objeto desta disciplina, é certo que os recortes adotados por estas várias perspectivas apontavam, em sua maioria, para o estudo da natureza. Herdeiras do legado epistemológico das ciências naturais e tributárias do positivismo dos oitocentos, essas vertentes, que se convencionou chamar de Geografia Tradicional<sup>5</sup>, norteavam-se pela

---

<sup>4</sup> Apoio-me, para a elaboração desta retomada do percurso da Geografia, nos seguintes textos: MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas; SANTOS, César Ricardo Simoni. "A Metageografia e a Ordem do tempo", in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo, Ed. Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.

<sup>5</sup> A categoria de Geografia Tradicional foi cunhada por aqueles que se ocuparam da história do pensamento geográfico. Na condição de um recurso heurístico, que jamais esteve disponível aos contemporâneos do movimento intelectual que designa, esta categoria traz consigo uma série de implicações, que podem mostrar-se problemáticas. Dentre elas, destaco que a aceitação acrítica desta categoria pode projetar uma falsa homogeneidade sobre um conjunto de vertentes bastante distintas entre si. Limito-me a apenas constatar estes problemas, pois, no tocante a concepções de tempo, as vertentes normalmente agrupadas sob o título de Geografia Tradicional parecem apresentar, de fato, uma série de semelhanças. Esta categoria aparece em uma multiplicidade de textos. Cito alguns deles: ABREU, Maurício de Almeida. "O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). *Escritos Sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 466 páginas; MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009, 172 páginas; VESENTINI, José William. "O Método e a Práxis (notas

ambição de compreender seus respectivos objetos por meio do emprego de expedientes empíricos de análise. Para os pensadores da Geografia dos oitocentos, a tarefa fundamental desta ciência era aquela de descrever as paisagens e regiões, entendidas como recortes visíveis da superfície terrestre. Nos marcos desta Geografia, a importância do conteúdo humano era obscurecida pelos aspectos naturais da paisagem, o que fazia dela uma disciplina não muito sensível a questões de ordem histórica.

Com o passar dos anos, opera-se uma aproximação consciente da Geografia de questões históricas e sociais, o que surte implicações sobre as concepções de tempo que a respaldavam. Por mais que a paisagem e a região continuassem a ser, para muitos, os objetos por excelência da disciplina, estas passam a ser analisadas pelo crivo da atividade humana. A adoção do homem como o prisma pelo qual se abordava os diversos objetos da Geografia significou a efetiva historicização desta ciência: autores como Ratzel (1844-1904) e Vidal de la Blache (1845-1918) conjugaram ao tempo cíclico dos fenômenos da natureza um tempo histórico e irrepetível, cujo ritmo era ditado pela atuação dos homens.<sup>6</sup>

Cabe aqui fazer o esclarecimento de que a história é uma das muitas formas socialmente concebíveis de se organizar o tempo e torná-lo inteligível. Deste modo, por mais que a Geografia tenha sido, desde seus primórdios, uma ciência sujeita a considerações de natureza temporal, foi com o crescimento da importância atribuída às questões sociais que ela se tornou uma disciplina efetivamente histórica, capaz de

---

polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica)". *Revista Terra Livre*, n. 2, São Paulo, 1987.

<sup>6</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 366 páginas. cap. 2, p. 41-60.

apreender as transformações que o agir do homem provoca sobre o espaço e a natureza em uma perspectiva diacrônica.

Um outro ponto de inflexão na relação da Geografia com o tempo pode ser identificado nos anos 50 e 60 do século XX. Nestas décadas, algumas correntes do pensamento geográfico se aproximaram do Estado, passando a atuar como um instrumento do planejamento estatal. A geografia pragmática, como veio a ser chamado este movimento de renovação, empenhava-se em formular esquemas de análise que permitissem ao Estado intervir na economia e na sociedade. A aproximação do conhecimento geográfico aos interesses de Estado provocou transformações substanciais nesta ciência, tanto em termos epistemológicos e metodológicos, quanto no que diz respeito às suas formas de inserção na sociedade. As antigas noções de paisagem e região, basilares para as geografias precedentes, deram lugar a novos fundamentos, segundo os quais o espaço passava a ser concebido como algo abstrato, homogêneo e esvaziado de suas especificidades regionais. Nos termos da geografia pragmática, a região deixava de ser um elemento constitutivo da realidade, para tornar-se uma categoria de análise, mobilizada pelo pesquisador e por ele alterada em função de suas necessidades. Assim, abandonou-se a análise das especificidades das regiões, tão cara aos geógrafos tradicionais, em prol da tentativa de produzir levantamentos estatísticos operacionalizáveis, que contribuíssem para a formulação de políticas públicas.

A proposta da geografia pragmática de analisar o espaço como um plano universalmente homogêneo e, por isso, universalmente mensurável, resultou no despojamento de sua historicidade. Para os fins do planejamento de Estado, a história era uma variável de menor importância, prescindível quando comparada às vantagens operacionais decorrentes da adoção de uma perspectiva que permitisse

conceber o espaço como “pura forma, superfície ou extensão, inteiramente permutável em suas partes iguais e vazias”.<sup>7</sup> Deste modo, esta guinada simultaneamente neokantista e neopositivista, consagrada por meio da conversão do espaço em um instrumento cognitivo, produziu um verdadeiro esvaziamento dos aportes históricos da disciplina, que passava a ser definida e orientada por seu potencial de intervenção. Desprovida de história, a geografia pragmática se ancorou em uma noção de tempo própria da esfera do planejamento: a saber, um tempo do prognóstico, orientado para o futuro e intimamente relacionado à ação do Estado.<sup>8</sup>

Em resposta à concepção de espaço professada pela geografia pragmática, eclode, desde o final da década de 60, um conjunto de novas propostas, críticas tanto ao método abstrato da Geografia de Estado quanto às geografias tradicionais. Este movimento de renovação compreende uma profusão de novas concepções e vetores de crítica, que incidem sobre variados aspectos das geografias precedentes: por vezes, os ataques se dirigiram a questões metodológicas; em outros

---

<sup>7</sup> SANTOS, César Ricardo Simoni. “A Metageografia e a Ordem do tempo”, in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo: Ed. Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.

<sup>8</sup> É interessante pontuar que simultaneamente a este movimento de desistoricização da Geografia, opera-se uma espacialização da história, que se expressa, de maneira patente, na obra de Fernand Braudel. Ao conceber, em sua célebre tese de doutorado, o Mar Mediterrâneo como uma unidade histórica e espacial, Braudel emplacava um movimento de aproximação entre História e Geografia. A dimensão geográfica do trabalho de Braudel transparece na própria delimitação que ele faz de seu objeto de estudo: não se trata de estudar, individualmente, cada uma das monarquias atuantes no teatro histórico representado pelo Mediterrâneo à época de Felipe II; trata-se, pelo contrário, de analisar o próprio Mediterrâneo como uma unidade de sentido, não mais entendido como *locus* da História, mas sim como parte integrante desta história. BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2ª edição, Paris : Armand Colin, 1966, 1222 páginas. É significativo, ainda, que esta dimensão geográfica do pensamento de Braudel tenha sido reconhecida e comentada pelos próprios geógrafos, como atesta o livro organizado por Yves Lacoste “Ler Braudel”, dentre cujos capítulos consta um que se chama “Braudel-Geógrafo”. LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, 236 páginas.

momentos, criticou-se os fundamentos sociais das geografias pragmática e tradicional. Para os fins que interessam à presente análise, concentrar-me-ei no que toca as concepções de tempo que existem por trás dessas novas propostas, buscando discutir como elas respondem ao que vinha sendo construído na Geografia, para que seja possível identificar, em meio a este movimento de renovação, o lugar de Milton Santos e, mais especificamente, de *Por uma Outra Globalização*.

Um dos principais vetores de crítica que surge nestas circunstâncias é uma geografia de forte inspiração marxista. Na contramão do abstracionismo que caracterizava a proposta da geografia pragmática, os marxistas empenham-se em analisar o espaço pelo crivo das diferenças que lhe são constitutivas – diferenças essas que traduziriam, no âmbito do espaço, as dinâmicas da luta de classes. A geografia marxista retoma a diferenciação regional, não sem conflitos e dificuldades, como princípio ordenador da análise, rompendo, deste modo, com a homogeneidade que subjaz à noção de um espaço abstrato e mensurável. Mas esta retomada se dá em termos muito distintos daqueles segundos os quais operava a Geografia Tradicional. Tomemos como exemplo a produção de Ana Fani Alessandri Carlos, de forte inspiração marxista: em sua obra, o espaço passa a ser concebido como um fruto da atividade humana, que é, ao mesmo tempo, condição e produto da acumulação de capital; e a região, por sua vez, torna-se o resultado a ser observado na apreensão das desigualdades engendradas pelas dinâmicas de produção do espaço.<sup>9</sup>

O contato da Geografia com o marxismo resultou na incorporação de novos elementos para se pensar a história. Nos marcos da dialética marxista, as sociedades de classe são entendidas como formações

---

<sup>9</sup> CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. Contexto, 2011.

inexoravelmente contraditórias. Isso porque o exercício da dominação de classe, ao mesmo tempo em que é condição *sine qua non* para a reprodução destas sociedades, é também o fator que as conduz ao colapso, na medida em que concorre para a agudização da luta de classes e promove a sublevação das classes dominadas. Portanto, na ótica do marxismo, as contradições são concebidas como um elemento constitutivo da realidade, o que resulta no reconhecimento de que as crises não são produzidas por contingências, mas pelo próprio *modus operandi* destas sociedades. Ou seja, o pleno funcionamento das estruturas constitutivas das sociedades de classe é o que engendra suas respectivas crises. Esta é a lógica dialética que preside as sociedades de classe, dentre as quais se encontra a sociedade capitalista.<sup>10</sup>

Apoiada nestes fundamentos, a geografia declaradamente marxista adotou uma concepção de história em cujos termos o novo não surge por obra de fatores externos, mas irrompe do interior das sociedades em crise. Da mesma forma, as transformações históricas passaram a ser entendidas como o desdobramento das contradições internas de cada época. Em última análise, a constatação da natureza crítica das sociedades de classe levou à importação, para o interior da Geografia, de uma teleologia da história, segundo a qual a história caminha, inexoravelmente, para um fim previamente estabelecido, a saber: a superação da sociedade de classes, a ser empreendida pelo proletariado.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> O emprego que aqui se faz do termo lógica não designa um sistema de pensamento ou uma forma de conceber o mundo. Antes, uso o termo no intuito de remeter ao *modus operandi* das sociedades capitalistas, à racionalidade pela qual a própria realidade é presidida. A este respeito, ver LEFEVBRE, Henri. *Lógica Formal/ Lógica Dialética*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 301 páginas.

<sup>11</sup> É importante constatar que a concepção da História enquanto *telos* não aparece na obra de Ana Fani Alessandri Carlos, que há pouco evoquei como exemplo de uma geografia de viés marxista, nem na corrente a que pertence. Isto porque, a despeito de



No que se refere ao contexto brasileiro, o movimento de renovação crítica da Geografia apresenta preocupações que dizem respeito às especificidades de um país na periferia do capitalismo. Tendo sido fundada com o apoio de professores-missionários franceses, a geografia universitária brasileira, que tem na Universidade de São Paulo o seu primeiro polo, é amplamente influenciada pela ciência regional que então se praticava na França. Sob a tutela de Pierre Deffointaines e Pierre Monbeig, foram produzidos, desde a década de 1930, estudos geográficos sobre objetos variados, mas que tinham por denominador comum o recorte regional. Contudo, com o passar dos anos, os geógrafos brasileiros começam a manifestar uma crescente insatisfação com os aportes teórico-metodológicos herdados da tradição francesa. A constatação da insuficiência do método regional para o desvendamento da realidade brasileira dá início a um movimento de aproximação, a partir do final dos anos 60, dos geógrafos brasileiros com o marxismo. Isto se explica pelo fato de que estes intelectuais estavam preocupados, antes de mais, em apreender as singularidades da realidade periférica e subdesenvolvida do Brasil, e encontraram no materialismo histórico um instrumental capaz de torná-las inteligíveis. Nestes termos, mais do que criticar a instrumentalização da geografia existente pelos poderosos – como fizera Yves Lacoste <sup>12</sup> – a geografia crítica brasileira ocupa-se de produzir uma nova agenda para a disciplina, sensível à realidade histórico-espacial do Terceiro-Mundo, e, para fazê-lo, recorre ao método dialético do marxismo.<sup>13</sup>

---

sua influência marxista, Carlos opera com uma concepção de História tributária de Lefevbre e Nietzsche.

<sup>12</sup> LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10ª edição, Campinas: Papirus, 2005, 263 páginas.

<sup>13</sup> Cf. VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016. Dentre os autores que

Tal como a geografia marxista, a obra de Milton Santos constitui uma contribuição crucial para este movimento de renovação crítica da ciência geográfica no Brasil e no mundo, que buscou, dentre outras coisas, restaurar os aspectos históricos desta disciplina, afim de torná-la capaz de apreender o conteúdo social do espaço e, deste modo, fazer dela uma ciência engajada nas disputas políticas. Assim como os geógrafos marxistas, Milton Santos promoveu críticas ao mesmo tempo epistemológicas e sociais, voltando-se tanto contra a inadequação metodológica da geografia pragmática e tradicional, quanto para a formulação de projetos de engajamento político.<sup>14</sup> Ademais, Santos, na condição de um intelectual da periferia do capitalismo, ocupou-se da tarefa de elaborar uma geografia sintonizada com os problemas próprios do Terceiro-Mundo. Contudo, a despeito destas semelhanças, a proposta de Milton Santos em *Por uma Outra Globalização* apresenta uma série de divergências com relação ao marxismo, tanto em termos analíticos quanto em termos de prognóstico. Diante disso, buscarei analisar a concepção de tempo presente neste livro à luz do quadro até aqui esboçado, dando ênfase à sua relação com o marxismo.<sup>15</sup>

---

constituem este movimento de renovação crítica, podemos citar, apenas para nomear alguns: Ana Fani Alessadri Carlos, Antônio Carlos Robert de Moraes; José William Vesentini e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

<sup>14</sup> Em sua *Análise da geografia crítica no Brasil*, Elisa Verdi aponta para a dupla-crítica promovida por este movimento, ao mesmo tempo metodológica e social. VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.

<sup>15</sup> O desenvolvimento do pensamento geográfico é muito mais complexo e multifacetado do que o percurso que pude aqui reproduzir. Contudo, a despeito das muitas nuances que o processo apresenta, me parece indubitável que a incorporação da história representa, de fato, um ponto de inflexão neste percurso. A este respeito, é significativo que Antonio Carlos Robert de Moraes, no prefácio da 14ª edição de *Geografia: Pequena História Crítica*, tenha admitido que, a despeito das muitas insuficiências que se poderiam apontar em seu texto, a importância por ele atribuída à incorporação da história no pensamento geográfico continua sendo uma questão

## A HISTÓRIA COMO POSSIBILIDADE

Conforme apontam os estudiosos de sua carreira, Milton Santos foi um autor com uma trajetória particular: tendo sido exilado durante anos, lecionou e pesquisou numa pluralidade de países e universidades, o que lhe permitiu entrar em contato com diversas tradições intelectuais. Santos foi também um ávido defensor da necessidade de se renovar os métodos de pesquisa na medida em que surgiam novos objetos e fenômenos sociais, o que levou alguns a apontarem para o “ecletismo intelectual” que marcou sua trajetória.<sup>16</sup>

Nos trabalhos escritos durante os anos 60, Milton Santos mostra-se tributário da geografia francesa, o que se expressa nas recorrentes citações que faz a geógrafos desta matriz. Neste primeiro momento de sua carreira, a maioria de seus escritos se fundamentava no conceito de região, caro à escola francesa de geografia da época.<sup>17</sup>

O livro *O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*, de 1971, representa um ponto de inflexão na trajetória do autor.<sup>18</sup> Isto porque, por mais que não proponha uma ruptura completa com a geografia regional, neste livro, Santos aponta para a necessidade de se recorrer a outros aportes teóricos e campos disciplinares, a fim de melhor compreender as especificidades dos objetos da Geografia no Terceiro

---

digna de atenção. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas. p.24.

<sup>16</sup> VASCONCELOS, Pedro Almeida. “Milton Santos. Geógrafo e Cidadão do Mundo (1926-2001)”. *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v.25-26, Salvador, 2001, p. 369-405; ZUSMAN, Perla. “Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira” in CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Ensaio sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36; MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas.

<sup>17</sup> Para um exemplo das copiosas citações que Santos faz à geografia francesa, ver SANTOS, Milton. *Geografia y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Ed. Oikos-Tau, 1973, 288 páginas.

<sup>18</sup> SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4ª edição, São Paulo: Hucitec, 1996 (1971), 113 páginas.

Mundo. Na esteira dos questionamentos estabelecidos por esta obra, e pelo movimento de renovação crítica ao qual ela pertence, o arcabouço teórico e metodológico do autor passa por transformações significativas nos anos subsequentes. Dentre as mudanças que então se iniciam, destaco uma inserção cada vez maior de Santos no debate político-teórico sobre os programas de desenvolvimento para a América Latina.<sup>19</sup>

Durante a década de 1970, são publicados os livros *Espaço e Sociedade* e *Economia Espacial: crítica e alternativas*, nos quais o autor manifesta grande afinidade pelo marxismo, notadamente pelo pensamento estruturalista de Louis Althusser.<sup>20</sup> Os ensaios compilados em *Economia Espacial* apontam não só para uma aproximação do marxismo, como também trazem duras críticas a princípios que outrora embasavam a obra de Santos. Logo na introdução desta coletânea, Santos aponta para a necessidade de submeter suas formulações pregressas a uma autocrítica, pois estas estavam “intoxicadas” pelo pensamento oficial veiculado pelos agentes de difusão científica, que defendiam teorias “ao serviço exclusivo do capital”.<sup>21</sup> Motivado por esta constatação, Santos tece críticas contundentes às ideias de progresso e planejamento. Põe-se em xeque até mesmo a pertinência do conceito de região.

Também em consonância com o marxismo, Santos escreve, em 1978, *Pobreza Urbana*, em que discute os conceitos de pobreza e marginalidade, então em voga no cenário intelectual latino americano.

---

<sup>19</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas. pp 25-27.

<sup>20</sup> Respectivamente: SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 páginas; SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucite, 1979, 167 páginas.

<sup>21</sup> MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas. p. 36.

Neste texto, em que se busca por uma conceituação de pobreza que não se limitasse a uma “verborragia semântica”, mas que contribuísse para solucionar os problemas reais da América Latina, Santos dialoga com as várias vertentes da teoria do desenvolvimento. Argumenta que estas teses eram insuficientes para desvendar a realidade latino-americana na medida em que analisavam as sociedades como se “não tivessem classes”, o que torna evidente o viés marxista da produção do autor no período.<sup>22</sup>

Ainda que vários aspectos do marxismo tenham continuado a respaldar a produção do autor até o final de sua carreira, nas décadas de 1980 e 90, suas afinidades por esta tradição intelectual se tornaram mais tímidas e reticentes. Notadamente a partir da década de 90, Santos se aproximou da fenomenologia e do pensamento de Jean Paul Sartre, filiações que se tornariam evidentes em uma de suas obras de maior impacto: *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. O livro de que se ocupa o presente artigo, *Por uma Outra Globalização*, foi escrito na esteira do arranjo teórico proposto por *A Natureza do Espaço*, de maneira que se caracteriza por uma prevalência de filiações intelectuais não marxistas.<sup>23</sup>

Em face desta trajetória, pode-se identificar que, a despeito da alegada influência que o marxismo teve sobre a obra de Santos, o autor foi também enfático quanto à necessidade de se relacionar criticamente com esta tradição intelectual. No seu entendimento, o uso fixo dos conceitos marxistas impossibilitaria a compreensão dos aspectos históricos do espaço.<sup>24</sup> Portanto, mais do que apenas analisar as

---

<sup>22</sup> SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas. p. 66.

<sup>23</sup> SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 páginas.

<sup>24</sup> SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo*. 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2013, 176 páginas. p.159-174.

especificidades da noção de história presente em *Por uma Outra Globalização*, interessa contrastá-la com o marxismo, por tratar-se de um livro escrito em um momento em que o autor já se mostrava mais distante desta corrente de pensamento. Espero, ao fazê-lo, demonstrar que a concepção de história subentendida neste livro responde tanto à geografia pragmática quanto àquela estritamente marxista.<sup>25</sup>

... devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições.<sup>26</sup>

A passagem acima transcrita, retirada de *Por uma Outra Globalização*, demarca um bom ponto de partida para se discutir a concepção de história que norteia a argumentação de Santos neste texto. Nela, transparece a ideia que doravante denominarei de história-possibilidade. Esta forma de se conceber a história baseia-se no entendimento de que a realidade é, ao mesmo tempo, materialidade e potência. Nos termos de Santos, para além do que já existe, cada momento histórico também traz consigo um conjunto de possibilidades, que são igualmente constitutivas da realidade na medida em que as condições para sua realização já estão dadas. A ideia de que o presente é prenhe de uma multiplicidade de futuros possíveis resulta numa concepção que figura a história como um movimento em aberto, desprovido de um *telos* previamente determinado.

---

<sup>25</sup> Diante da multiplicidade de correntes que o marxismo do século XX compreende, faz-se necessário esclarecer que, no presente artigo, limito-me a discutir os fundamentos filosóficos do marxismo com os quais Santos dialoga. Quando muito, teço alguns comentários sobre o marxismo na América Latina.

<sup>26</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 160

Segundo Santos, qualquer tentativa de compreender a globalização deve passar pela técnica, pois um dos fundamentos sobre os quais repousa este fenômeno é o que Santos chama de unicidade da técnica. Pela primeira vez na História da humanidade, todos os países e regiões do planeta encontram-se sob a influência de um mesmo aparato técnico – os sistemas de informação. Contudo, ainda que se faça sentir em todo o globo, o uso dos sistemas de informação não surte os mesmos efeitos sobre as diversas camadas da sociedade humana, pois serve aos interesses particulares de um grupo restrito de empresas e Estados hegemônicos.

Eis o motivo pelo qual Santos fala em uma globalização perversa: toda a humanidade é articulada sob a égide de um único sistema técnico e econômico que atende aos interesses de alguns poucos agentes. Disso resulta uma sociabilidade perversa e violenta, tornada possível pela globalização. Por força da necessidade de inserção no mercado, os mais pobres vêm-se impelidos a tomar parte numa guerra diária de todos contra todos, o que explode toda forma de solidariedade previamente existente, e engendra um discurso único e pasteurizado sobre o mundo.

Contudo, ao mesmo tempo em que aponta para as mazelas ocasionadas pela mundialização de um aparato técnico hegemônico, Santos é também enfático ao constatar a relatividade da técnica. Para o autor, o fenômeno técnico só adquire sentido e finalidade em função das forças históricas e sociais que o mobilizam, o que o leva constatar que “a mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um

mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano.”<sup>27</sup>

Aqui jaz uma manifestação do possibilismo histórico que impera neste texto de Santos. O reconhecimento da relatividade da técnica abre espaço para a conclusão de que o mesmo suporte técnico gesta uma multiplicidade de futuros possíveis. Recusa-se a ideia de que a técnica carregue uma perversidade imanente, em prol do entendimento de que ela consiste em um substrato neutro, portador não de uma contradição, mas de possibilidades. Esta natureza possibilista que caracteriza a forma como Santos concebe a história transparece também nos momentos em que o autor formula prognósticos:

A nova paisagem social resultaria do abandono e da superação do modelo atual e sua substituição por um outro, capaz de garantir para o maior número a satisfação das necessidades essenciais a uma vida humana digna, relegando a uma posição secundária necessidades fabricadas, impostas por meio da publicidade e do consumo conspícuo. Assim o interesse social suplantaria a atual precedência do interesse econômico e tanto levaria a uma nova agenda de investimentos como a uma nova hierarquia nos gastos públicos, empresariais e privados. Tal esquema conduziria, paralelamente, ao estabelecimento de novas relações internas a cada país e a novas relações internacionais.<sup>28</sup> (grifo meu)

Neste trecho, observa-se que Milton Santos faz uso abundante do futuro do pretérito. As sentenças construídas neste tempo verbal criam situações condicionais, que podem ou não acontecer, a depender das circunstâncias. Trata-se, portanto, do tempo verbal que exprime, por natureza, a noção de possibilidade, na medida em que trata de acontecimentos previsíveis e factíveis, mas incertos. Ainda que de forma sutil, o emprego deste tempo verbal sugere a prevalência de uma

---

<sup>27</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 174.

<sup>28</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 148.



representação da história enquanto campo da possibilidade. Esta forma de se conceber a história, por sua vez, denota um distanciamento com relação ao conceito de história próprio da dialética marxista, o que se pode constatar no trecho transcrito abaixo:

O comunismo não é para nós um estado de coisas (Zustand) que deve ser instaurado, um ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos existentes.<sup>29</sup>

Conforme se verifica nesta passagem, retirada da *Ideologia alemã*, Marx afirma que o comunismo não pode ser compreendido como um estado futuro de coisas, na medida em que este já existe no presente, como o negativo do capital. Desta assertiva resulta o entendimento de que o curso da história não é produto apenas da ação voluntária dos indivíduos, desejosos de mudanças, mas obedece, antes de tudo, à lógica dialética da contradição de classe. O futuro é previsível não como possibilidade, mas como uma necessidade, que se desdobra a partir das condições presentes. A concepção de história que daí emana choca-se com aquela da história como possibilidade.

Cabe aqui fazer o esclarecimento de que a noção de possibilidade não é de todo alheia ao marxismo. Em alguns de seus escritos, Marx desenvolve o argumento de que os indivíduos não são irrelevantes para o curso da história por natureza, mas que se tornam impotentes por força das condições sociais em que vivem, as quais os despojam da capacidade de agir livremente. Não se trata, portanto, de uma negação ontológica do papel do agir humano e da possibilidade na determinação do curso da história. Trata-se do reconhecimento de que, nas sociedades de classe (sobretudo naquelas em que impera

---

<sup>29</sup> MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 614 páginas. p. 38, nota a.

modo de produção capitalista) os indivíduos são tolhidos da capacidade de presidir a história, na medida em que se encontram submetidos a uma estrutura que se torna, ela própria, a força motriz da história. Nestes termos, por mais que sejam ofertadas aos homens oportunidades de agir, não lhes é facultada a possibilidade de voluntariamente alterar o curso da história por completo, na medida em que este obedece às necessidades decorrentes do devir da estrutura de classes. Portanto, o que distingue a noção de possibilidade veiculada pelo materialismo daquela reproduzida por Santos é o fato de que, no primeiro, a possibilidade é reservada à atuação dos indivíduos dentro dos limites impostos pela estrutura de classes, mas não ao movimento da história em geral, pois este é predicado pela racionalidade subjacente às sociedades. Já no segundo, o próprio curso da história se apresenta como aberto e mutável.<sup>30</sup>

As diferenças até aqui constatadas entre a história-possibilidade e a história dialética podem ser mais bem elucidadas quando se toma em conta as divergências de nível teórico que as sustentam, as quais decorrem da apropriação crítica que Santos fez de sua formação marxista:

Mas há também – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. Nesse caso, a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias <sup>31</sup> (grifo meu)

---

<sup>30</sup> MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013, 894 páginas. Capítulo 1.

<sup>31</sup> SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição, Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas. p. 144.

A opção de Santos por adotar a categoria de “os excluídos”, em detrimento daquela de proletariado, denota uma tentativa de reformular alguns conceitos caros ao marxismo, como também significa um afastamento, ainda que parcial, em relação à teoria das classes sociais. A presença reincidente do conceito de exclusão no texto de Santos torna-se tanto mais expressiva de seu afastamento do marxismo quando se leva em consideração o cenário político e intelectual da América Latina das décadas de 60 a 80.

Neste período, a tarefa primordial que se impunha à intelectualidade Latino-Americana era aquela de identificar as especificidades dos países deste continente, para que fosse possível elaborar um plano de desenvolvimento capaz de alçar estes mesmos países ao patamar de modernização do Primeiro Mundo. Na busca pela elaboração de um programa de desenvolvimento, estes intelectuais, dentre os quais destaco aqueles organizados em torno da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), formularam teses que se baseavam na premissa de que a teoria das classes sociais não era suficiente para apreender as especificidades do continente. Os cepalinos entendiam que a América Latina passara por um processo de industrialização *suis generis*, que produzira um contingente populacional excluído das relações formais de trabalho, que não se enquadrava nem na burguesia nem no proletariado. Nos marcos desta interpretação, os termos “marginalidade” e “exclusão” passam a ser empregados tanto para caracterizar este terceiro elemento social - estranho à divisão binária das sociedades em classes dominante e dominada - como para descrever a condição de atraso da América Latina. Em outros termos, entendia-se que a América Latina se encontrava às margens da modernidade (e, portanto, atrasada) por ter promovido um padrão de industrialização incapaz de absorver toda a população, o que resultara

na criação de grupos excluídos e marginalizados. Este padrão de industrialização consistia, no entendimento dos cepalinos, em um “desvio” do caminho rumo à modernização, a ser corrigido por meio de políticas públicas.<sup>32</sup>

A partir dos anos de 1970, as teses da CEPAL passaram a ser alvo de duras críticas por parte de certos grupos de intelectuais brasileiros de orientação marxista. Estes arguíam que os cepalinos haviam se baseado em um entendimento da modernidade como um patamar a ser atingido, e que, ao fazê-lo, haviam deixado de reconhecer a relação dialética que se estabelece entre modernidade e atraso, inclusão e exclusão. Ainda que por vias diferentes, os marxistas brasileiros convergiam na constatação da incapacidade das teses cepalinas de apreender o capitalismo como uma totalidade social contraditória, e a América Latina como uma parte desta. Com estas críticas, buscavam reabilitar a teoria das classes sociais como o instrumento adequado para a compreensão das especificidades latino-americanas em face do capitalismo global, por meio da demonstração de que os conceitos de marginalidade e exclusão, originários de uma leitura dualista, não eram pertinentes para apreendê-las.<sup>33</sup>

Portanto, o que podemos constatar do trecho transcrito, em que Milton Santos fala de uma revanche da cultura dos “excluídos”, é que ele revela uma tomada de posição do autor em face ao debate político e conceitual latino-americano. Ao contrário do que se observa em *Pobreza*

---

<sup>32</sup> Cf. SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica.” *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.

<sup>33</sup> Os trabalhos que melhor exprimem as críticas ao dualismo cepalino são OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972, 150 páginas; CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” in CARDOSO, Fernando Henrique; GIANOTTI, José Arthur; WEFFORT, Francisco Correia (coord.). *Estudos 1: Teoria e Método em sociologia*. São Paulo: CEBRAP/ Editora Brasileira de Ciências, 1971.

*Urbana*, em que Santos critica com veemência o esquema explicativo do dualismo, em *Por uma Outra Globalização*, o autor parece mostrar-se mais simpático a um fraseado próprio do campo não marxista (ainda que atribua a estes termos uma acepção distinta).<sup>34</sup> Daí que se possa dizer que o emprego da categoria de “os excluídos” sinaliza para um distanciamento, por parte de Santos, da ortodoxia marxista, pois, como demonstrado, trata-se de uma categoria estranha à teoria das classes sociais. Na ótica da dialética marxista, as classes só se constituem enquanto o que são na relação que estabelecem umas com as outras, de maneira que a ideia de exclusão se apresenta como pouco compatível, pois pensar em exclusão significaria admitir um elemento externo à totalidade social representada pela estrutura de classes.<sup>35</sup>

Tal como aludido anteriormente, as concepções de história aqui analisadas voltam-se tanto para a análise do passado quanto para a elaboração de projeções futuras, por vezes até mesmo subordinando a primeira destas tarefas à segunda. Diante disso, resta discutir como o arranjo teórico levado a cabo por Milton Santos em *Por uma Outra Globalização* – um livro que é, ao mesmo tempo, análise e manifesto – se dá no tocante à concepção do tempo futuro, e em quais termos se distingue da tradição marxista.

---

<sup>34</sup> SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas. p. 66. Em *Pobreza Urbana*, Santos buscava delimitar um conceito único e preciso de pobreza, optando por uma definição estrutural em detrimento de uma leitura da pobreza enquanto marginalidade, ou como fenômeno incidental. Já em *Por uma Outra Globalização*, o autor admite que a cada período histórico corresponde uma modalidade específica de pobreza, de modo que se passa a aceitar a pertinência de conceitos que outrora eram rejeitados.

<sup>35</sup> Para uma discussão acerca dos conceitos de marginalidade, exclusão e pobreza no campo do marxismo, ver: MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008, 228 páginas; SANTOS, César Ricardo Simoni. “Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica.” *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.

A noção de história-possibilidade implica no reconhecimento do papel desempenhado pelos indivíduos na realização das transformações históricas, pois, se muitas são as possibilidades de futuro, cabe ao indivíduo optar por aquela que lhe pareça desejável, e agir para torná-la real, dentro dos limites impostos pelas condições da existência. Esta atuação voluntária, motivada pela intenção de construir um futuro que seja “um outro” em relação ao presente, configura, segundo Jörn Rüsen, uma forma de pensamento utópico. Rüsen define a utopia como “um superávit de intenções e expectativas”, que orienta o agir humano na busca pelo estabelecimento de novas condições de vida, capazes de satisfazer as carências que se observam no presente. Definido nestes termos, o pensamento utópico é entendido como sendo vazio de experiência, na medida em que se volta para a formulação de representações fictícias da vida, que embora desejáveis, não correspondem às circunstâncias reais do agir, tal como determinadas pela história.<sup>36</sup>

É interessante pontuar, contudo, que o pensamento de Milton Santos, apesar de seu evidente viés utópico, não se caracteriza pelo esvaziamento da experiência histórica - pelo contrário, consiste em uma utopia que se realiza por meio da história. A admissão de que as possibilidades para a construção do futuro já estão inscritas no presente resulta em uma concepção de história no interior da qual o momento analítico e o momento utópico encontram-se entrelaçados: nos marcos da história-possibilidade, a análise das realidades históricas implica na necessidade de se posicionar frente ao futuro, pois analisar a história

---

<sup>36</sup> RUSEN, Jörn. “Utopia, alteridade, kairos – o futuro do passado”, in *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.

significa balizar as condições de transformação potencialmente existentes à cada época. É nestes termos que se deve compreender o título do livro: trata-se de um manifesto em defesa de uma outra globalização – uma globalização utópica, protagonizada pelos pobres e excluídos, cujas condições de possibilidade se atestam a partir da observação do presente.

Do ponto de vista teórico, a utopia, tal como definida por Rüsen, não tem lugar no marxismo. Nos marcos da tradição dialética, a superação histórica consiste, antes de mais, no desenlace das contradições constitutivas de uma determinada realidade, irrompendo de dentro para fora, como uma consequência necessária de um determinado estado de coisas. Nestes termos, não há lugar para se pensar em um futuro que se constrói estritamente como produto da imaginação utópica dos indivíduos, pois, na tradição marxista, o futuro já se inscreve no presente como negação. A transformação histórica, ainda que levada a cabo por indivíduos impulsionados pelo desejo por mudanças, não pode ser explicada somente como resultado de ações voluntárias, mas sim como o movimento do devir social, que faz com que as contradições congênicas do capital se substanciem em Revolução. Portanto, para além do que já foi constatado, a história-possibilidade distingue-se do marxismo também por seu viés utópico, na medida em que habilita a imaginação e a ação voluntária dos indivíduos como forças propulsoras da transformação histórica.

A título de conclusão, pode-se dizer que a particularidade da forma como Santos concebe a história está menos em seu conteúdo (pois a noção de possibilidade é familiar a outras visões de História) e mais na maneira como se relaciona com seu contexto e trajetória intelectual. Em primeiro lugar, trata-se de uma obra que responde de maneira incisiva ao esvaziamento histórico que caracterizara a geografia

pragmática, propondo uma Geografia que é também, como busquei demonstrar, História e Utopia. Ademais, sua singularidade deriva-se, também, do lugar que ocupa no contexto intelectual latino-americano: mais do que apenas restaurar os aportes históricos da Geografia, a história-possibilidade constitui uma forma de se conceber o tempo que se distancia daquela contida no marxismo, e, notadamente, daquela presente no marxismo latino-americano. Em suma, pode-se dizer que em *Por uma Outra Globalização*, Milton Santos espousa uma compreensão da História que traduz a apropriação crítica que fizera do marxismo ao longo de sua trajetória – apropriação esta que preserva muitos dos instrumentos analíticos desta corrente intelectual, mas que se afasta de um certo entendimento da teoria das classes sociais e, por consequência, da concepção da história enquanto devir.

É somente à luz desta comparação com o marxismo e com as concepções de tempo que permearam a Geografia que podemos entrever a disputa em torno do conceito de História que subjaz à *Por uma Outra Globalização*, a qual transparece em uma de suas mais emblemáticas passagens: “Por isso, é lícito dizer que o futuro são muitos; e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade”

#### **BIBLIOGRAFIA E FONTES:**

ABREU, Maurício de Almeida. “O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs). *Escritos Sobre Espaço e História*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, 466 páginas.

BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. 2ª edição, Paris : Armand Colin, 1966, 1222 páginas.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Comentários sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade” in CARDOSO, Fernando Henrique; GIANOTTI, José Arthur; WEFFORT, Francisco Correia (coord.). *Estudos 1: Teoria e Método em sociologia*. São Paulo: CEBRAP/ Editora Brasileira de Ciências, 1971.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. Contexto, 2011.



- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. 4ª edição, Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 366 páginas. Capítulo 2.
- LACOSTE, Yves (org.). *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, 236 páginas.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 10ª edição, Campinas: Papirus, 2005, 263 páginas.
- LEFEVBRE, Henri. *Lógica Formal/ Lógica Dialética*. 6ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995, 301 páginas.
- MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 2008, 228 páginas.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 614 páginas. p. 38, nota a.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. São Paulo, Boitempo, 2013, 894 páginas. Capítulo 1.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª edição, São Paulo: Annablume, 2007, 150 páginas.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013, 130 páginas.
- MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*. São Paulo: Contexto, 2009, 172 páginas.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. São Paulo: Cebrap, 1972, 150 páginas.
- RUSEN, Jörn. "Utopia, alteridade, kairós – o futuro do passado", in *História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 135-150.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. "A Metageografia e a Ordem do tempo", in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *A Crise Urbana*. São Paulo, Contexto, 2015, 192 páginas. p. 37-54.
- SANTOS, César Ricardo Simoni. "Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica." *Economía, Sociedad y territorio*, v. XVII, México, 2017, p. 619-646.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996, 308 páginas.
- SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. São Paulo: Hucitec, 1979, 167 páginas.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1979, 156 páginas.
- SANTOS, Milton. *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Ed. Oikos-Tau: Barcelona, 1973.
- SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996 (1971), 113 páginas.
- SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. São Paulo: Hucitec, 1978, 119 páginas.
- SANTOS, Milton. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 22ª edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012 (2000), 174 páginas.
- SANTOS, Milton. *Técnica Espaço e Tempo*. 5ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2013, 176 páginas.
- VASCONCELOS, Pedro Almeida. "Milton Santos. Geógrafo e Cidadão do Mundo (1926-2001)". *Afro-Ásia* (UFBA. Impresso), v.25-26, Salvador, 2001, p. 369-405.
- VERDI, Elisa Favaro. *Produção geográfica e ruptura crítica: a Geografia uspiana entre 1964 e 1985*. 261 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2016.
- VESENTINI, José William. "O Método e a Práxis (notas polêmicas sobre Geografia Tradicional e Geografia Crítica)". São Paulo: Revista Terra Livre, n. 2, 1987.

ZUSMAN, Perla. "Milton Santos e a metamorfose da geografia brasileira" in CARLOS, Ana Fani Alessandri, *Ensaio sobre geografia contemporânea. Milton Santos: Obra Revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 29-36.